

Ruínas industriais e memória em uma “favela fabril” carioca

Mariana Cavalcanti*
Paulo Fontes**

Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar as intrincadas relações entre memória e patrimônio industrial, a partir da análise dos depoimentos de Lauro Oliveira Rios e Cândida Maria Privado, cujas trajetórias de vida e trabalho estão ligadas às edificações da fábrica de leite da Cooperativa Central dos Produtores de Leite (CCPL), na Zona Norte do Rio de Janeiro.¹

Localizada entre os bairros de Manguinhos e Benfica, a fábrica foi projetada como uma moderna indústria de laticínios e desempenhou um papel central no abastecimento de leite na cidade na segunda metade do século XX. A usina prosperou até a década de 1990, quando uma crise financeira e a

* Professora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV).

** Professor do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). Bolsista produtividade 2 do CNPq.

1 Este artigo é um resultado parcial do projeto de pesquisa “Memórias da CCPL: Favela Fabril”, coordenado pelos autores e por Thais Blank, financiado pelo Lincoln Institute of Land Policy e pelo CNPq. O projeto tem como objetivo contribuir para a conceituação de um fenômeno bastante recorrente nos antigos subúrbios industriais do Rio de Janeiro, a saber, a reconversão de antigos espaços industriais em lugares de moradia, processo que chamamos aqui de “favelas fabris”. O projeto prevê, ainda, a produção de um filme documentário sobre o processo de esvaziamento da antiga fábrica e os preparativos para a sua implosão, ocorrida em 08/01/2012. Ver Cavalcanti, Fontes e Blank (2011).

realocação da distribuição do produto para o município de São Gonçalo, na região metropolitana do Rio de Janeiro, a tornaram economicamente inviável, causando o encerramento das atividades da antiga sede. Como modo de protelar a negociação de dívidas trabalhistas, os dirigentes da empresa concederam a um grupo de antigos transportadores da fábrica, por meio de um acordo verbal, o direito de uso de alguns galpões por tempo indeterminado.

Poucos meses após o fechamento da fábrica, e a despeito da presença dos transportadores, em 2001 o terreno foi ocupado por algumas centenas de famílias, a maior parte delas oriundas das favelas vizinhas à antiga usina. Após uma série de negociações entre as “lideranças” dos transportadores e as dos moradores, foi construído um muro, que separa a área dos galpões dos edifícios transformados em espaço de moradia. Transportadores e moradores conviveram sem maiores incidentes por quase uma década. Em 2009, a favela da CCPL, como ficou conhecida a ocupação, foi incluída na lista de comunidades a serem contempladas pelas intervenções urbanísticas do Programa de Aceleração do Crescimento do governo federal. Diante da impossibilidade de reaproveitamento das já comprometidas estruturas dos edifícios, o projeto prevê a demolição de todo o espaço construído do terreno, seguida da construção de um novo condomínio residencial, para o qual retornariam muitos dos moradores atuais.

A iminente demolição da antiga fábrica apresentou-se como uma ocasião única para (re)construir a memória do espaço, das sociabilidades e modos de vida por ele mediadas – tanto como fábrica quanto como favela. Nesse sentido, a história oral constituiu-se como uma ferramenta de pesquisa e de análise privilegiada e particularmente rica para trabalhar os sentidos de uma ruína arquitetônica que, de um lado, constitui o testemunho do fim de um modo de vida, mas, de outro, abre espaço para a imaginação de sua reapropriação e resignificação.

A trajetória da CCPL, de seus antigos trabalhadores e de seus atuais moradores põe em relevo uma série de processos sociais, históricos e urbanísticos em curso que dizem respeito não somente a essa antiga fábrica em particular mas também ao seu entorno, e ao modo como se deu a desindustrialização na cidade do Rio de Janeiro. Tal processo de ocupação da antiga fábrica e sua reconversão em espaço de moradia não é fenômeno isolado e permite reconstruir a história das importantes relações entre as fábricas e as favelas nos subúrbios industriais do Rio de Janeiro. Essa inflexão põe em relevo o legado de um Rio de Janeiro industrial, cuja memória é pouco visível ou valorizada no imaginário social relacionado à cidade.

O patrimônio e a memória industrial carioca

É interessante notar que, de certa forma, é a própria intensificação do processo de desindustrialização da cidade nas últimas duas décadas que contribuiu para a emergência das discussões sobre a sua memória industrial e operária – menos no âmbito acadêmico do que no debate público. Neste sentido, as contendas contemporâneas sobre propostas de suposta revitalização da região portuária, das áreas ferroviárias e de antigos subúrbios industriais necessariamente acabam por encarar o que fazer com galpões e fábricas abandonadas ou em ruínas que dominam grande parte do cenário urbano em várias regiões da cidade.² No entanto, as correlações entre desindustrialização e fenômenos como o crescimento da criminalidade, das desigualdades sociais e da “degradação” urbanas, já fartamente estudadas nas ciências sociais em outros países, parece-nos ainda insuficientemente abordadas no caso carioca.³

De toda forma, é visível uma crescente disputa pela memória de (e em) vários espaços e territórios urbanos que, somada às ações comunitárias, públicas, acadêmicas e iniciativas de refuncionalização originadas na iniciativa privada (como mostram os casos dos *shopping centers* construídos a partir das estruturas arquitetônicas das antigas fábricas Nova América e Bangu ou da tentativa da rede de supermercados Carrefour de ocupar a antiga fábrica da Souza Cruz na Tijuca, entre vários outros exemplos) têm resultado numa incipiente mas crescente percepção, também no caso carioca, da necessidade e das potencialidades da preservação do chamado patrimônio industrial.

E é dentro desse contexto que, paradoxalmente, as relações entre fave-las e fábricas se reconectam. Ao contrário de São Paulo, onde o processo de desindustrialização das últimas décadas atingiu em grande medida o primeiro anel fabril da cidade, transformando antigos distritos operários em bairros de

-
- 2 Essa questão, uma das bases das discussões sobre o chamado patrimônio industrial na Europa, Estados Unidos e Canadá, entre outros, tem sido vital nos debates urbanísticos sobre cidades pós-industriais. Manchester, no Reino Unido, Barcelona e Bilbao, na Espanha, Turim, na Itália, são alguns exemplos de respostas variadas de como lidar com uma base industrial decadente ou em extinção e como usá-la como alicerce para a reinvenção dessas cidades (ver Crinson, 2005 e Severcan e Barlas, 2007). Com o recente fechamento das grandes fábricas automobilísticas em Detroit, tal discussão tem ganhado cada vez maior ressonância no debate público nos Estados Unidos (ver, por exemplo, Katz e Bradley, 2010). Especificamente sobre o impacto dos vazios e ruínas industriais (*friches urbaines*) no debate arquitetônico e urbanístico contemporâneo, ver Malezieux (1989), Mendonça (2001) e Meneguello (2008, 2009).
 - 3 Sobre tais correlações há uma vasta literatura. Para uma introdução, ver, entre outros, Beynon (1996) e Cowie e Heathcott (2003).

classe média,⁴ com a demolição das antigas fábricas e galpões industriais e sua substituição por torres residenciais e condomínios fechados, no Rio de Janeiro, a maior parte dessas antigas indústrias localiza-se na Zona Norte, em regiões próximas às favelas e, até bem pouco tempo, consideradas degradadas ou pouco lucrativas pelo mercado imobiliário. Abandonados, em ruínas, muitas vezes espólio de infundáveis disputas judiciais, esses antigos espaços fabris acabaram sendo, de maneira inesperada, “preservados” e “salvos” de sua destruição física total pela ocupação de moradores e sua reconversão em espaço de habitação.

Ruínas fabris e galpões abandonados incorporaram-se ao cenário urbano daquela zona da cidade. Muitos desses espaços, em geral antigas pequenas fábricas e depósitos, passaram a ser ocupados, na maior parte das vezes de maneira informal, por igrejas, associações de moradores, cooperativas e outras atividades comunitárias (Silva, H., 2008, f. 14). Já algumas das maiores fábricas e galpões foram ocupados e transformados em espaços para moradia, que em geral recebem o nome das antigas empresas proprietárias das instalações. As comunidades da Embratel, Coca-Cola, Gráfica Bloch, Poesi e Skol são apenas alguns exemplos. Algumas já foram contempladas por programas de urbanização e, das antigas fábricas, resta apenas o nome. Outras, como é o caso da Skol e da própria CCPL, ainda preservam – ainda que em forma de ruína – as velhas estruturas industriais originais.

Nos tempos do leite

No final dos anos 1930, as dificuldades do abastecimento de leite para a população do Rio de Janeiro era um grande problema na então capital do país, motivando generalizadas reclamações e campanhas na imprensa local. A falta do leite, artigo de primeira necessidade e com forte simbolismo no imaginário popular, provocava inflação nos preços do produto. Além disso, os produtores queixavam-se do monopólio dos pouquíssimos entrepostos existentes no Distrito Federal, que formavam uma espécie de “cartel”, aumentando os custos e praticamente controlando toda a distribuição do leite na cidade.

4 É significativo que, no caso paulistano, grande parte dos debates sobre preservação e memória urbana esteja relacionada a antigos equipamentos industriais e ferroviários em bairros como Mooca, Brás, Lapa, Tatuapé, entre outros. Ver Meneguello, Fontes e Silva (2009).

No contexto intervencionista e regulador do Estado Novo, numerosos setores clamavam pela direta e forte interferência do governo para resolver a chamada “crise do leite”. O então interventor no estado do Rio de Janeiro, comandante Ernani Amaral Peixoto (também genro do presidente Getúlio Vargas), teve um papel central nesse processo. Sob sua liderança foi montado um plano geral para regular o abastecimento de leite que organizaria desde a produção e beneficiamento até a distribuição e abastecimento dos consumidores.

Em julho de 1940, o governo federal, sob inspiração dessas diretrizes, criaria a Comissão Executiva do Leite (CEL), com o objetivo de normalizar o provimento do produto e estimular o sistema de cooperativas de produtores, que deveriam também administrar as usinas de pasteurização e congelamento, bem como dirigir um entreposto central de distribuição no Rio de Janeiro. Além disso, através da CEL, o governo federal determinava o preço final do litro de leite e também a porcentagem destinada aos produtores.

Contudo, a CEL não solucionou definitivamente a questão. Muito embora sua ação tenha, de fato, contribuído para amenizar os problemas da distribuição e produção do leite, as queixas dos produtores e consumidores não cessaram. A pressão da opinião pública devido à escassez do produto no Distrito Federal manteve-se, assim como a insatisfação dos produtores pelo preço pago. No ano de 1946, as reclamações chegaram a seu auge e os diagnósticos de interventores da CEL, como o sr. Henrique Blanc de Freitas, corroboravam as exigências dos pecuaristas, afirmando que o principal problema da questão do leite era produtivo e que a forma mais eficaz de fomentar a produção era o preço bom. No entanto, a comissão alegava não ter condições de pagar o exigido pelos produtores. Estes, então, pressionaram o governo de forma muito intensa, ameaçando paralisar a produção e o envio de leite para a capital.

Com o fim da ditadura do Estado Novo em 1945, um novo arranjo político articulou-se em torno da sensível questão da produção e distribuição do leite. Assim, em julho de 1946 o governo do presidente eleito Eurico Dutra extinguiu a CEL e transferiu todo seu patrimônio para a recém-criada Cooperativa Central dos Produtores de Leite Ltda. (CCPL), atendendo às exigências dos pecuaristas, apresentadas pelo sr. Eduardo Duvivier, então presidente da cooperativa. Dentre os bens herdados pela nova companhia encontrava-se o terreno localizado na região de Benfica, Zona Norte do Rio, onde começara a ser construído um entreposto central com “capacidade e

instalações necessárias para receber, pausterizar e engarrafar de 400 a 500 mil litros de leite por dia”, além do fabrico de 200 mil quilos diários de manteiga e outros produtos derivados (Revista da CCPL, 1966, p. 5-6).

Prioridade de sucessivas diretorias da CCPL, a construção da usina e entreposto de leite em Benfica exigiria um enorme esforço financeiro e político e demoraria anos para ser completamente concluída e ter suas instalações equipadas. Inaugurada em dezembro de 1955, a usina conviveria em seus primeiros anos com grandes dificuldades. Em sua primeira década jamais atingiu a meta de produção diária projetada por seus idealizadores.⁵ Além disso, diversas cooperativas reunidas na CCPL demonstravam claro descontentamento com a condução dos negócios e muitas, inclusive, desligavam-se da central, remetendo sua produção para entrepostos de companhias privadas.

Apesar dos percalços iniciais, a aposta na industrialização do leite como principal instrumento para regular o abastecimento do produto, em particular nos períodos de entressafra, renderia frutos e, entre os anos 1960 e 1970, a marca CCPL se consolidaria como uma das principais produtoras de leite e produtos derivados do país. E sua usina em Benfica ganharia fama como uma das mais importantes unidades industriais de laticínios no Brasil.

Localizada em um dos extremos de Benfica, bastante próxima à região de Manguinhos, mas também ao bairro do Jacaré, a fábrica da CCPL é um dos numerosos exemplos da rápida industrialização daquela região a partir do final da Segunda Guerra Mundial. De fato, as propostas urbanísticas e a ação do Estado nos anos 1920 e 1930 já indicavam claramente o afastamento das atividades industriais da Zona Sul e do centro da cidade e seu deslocamento para as áreas suburbanas, em particular na Zona Norte. O conhecido decreto-lei municipal 6000 de 1937, ao delimitar claramente as regiões onde seria permitida a edificação de futuras instalações fabris, terminou por oficializar a nova distribuição das atividades econômicas do Rio de Janeiro e a localização das suas indústrias (Abreu, 1987, p. 99; Silva, M., 2005, p. 166).

Se, de um lado, as ferrovias continuaram a ter um papel importante nessa redistribuição fabril (em particular, as linhas da Leopoldina, Rio D’Ouro e Auxiliar), o transporte rodoviário mostrar-se-ia fundamental nessa nova fase econômica, e a abertura de avenidas como a Suburbana, no final dos

5 Entre 1956 e 1965, a produção diária jamais ultrapassou a marca de 300 mil litros (Revista da CCPL, 1966, p. 8).

anos 1920 e, principalmente, da Avenida Brasil, em 1946, foi decisiva para a suburbanização industrial carioca (Abreu, 1987, p. 103; Silva, H., 2008, f. 70).

Os bairros de Jacaré, Manguinhos e Benfica foram um dos eixos principais desse processo. Desde o final dos anos 1910, indústrias começaram a se instalar nesses distritos. As fábricas da Cisper (1917), Marvin (1921), General Electric (1921), Gillette (1930), Silva Pedrosa de rolas metálicas (1930) e a Companhia Nacional de Papel (1930) foram algumas delas. Nos anos 1930, as obras públicas de drenagem e saneamento da região alagadiça e recortada por rios facilitariam a instalação de empresas e edificações. Mas seria na década de 1950 que a densidade fabril de toda essa área se intensificaria, tornando-a a principal região industrial da cidade.

Situada na própria Avenida Suburbana, contígua à linha férrea e muito próxima à Avenida Brasil, a fábrica da CCPL possuía uma localização estratégica. As várias vias de acesso facilitavam tanto a chegada do leite, vindo das diversas cooperativas de produção, quanto o transporte para revenda após seu processamento na fábrica. Desde logo, para além dos setores de produção, a área de distribuição tornou-se fundamental à empresa. Composta, em geral, por transportadores autônomos contratados pela CCPL, esse era o setor responsável não apenas pela distribuição do leite beneficiado e outros produtos da fábrica para diferentes pontos de venda no Rio de Janeiro e cidades vizinhas, mas também pela divulgação da marca da empresa e do sensível contato e estabelecimento de relações de confiança com os comerciantes e vendedores do produto.

A proximidade entre a moradia e os locais de trabalho era uma questão decisiva para a população trabalhadora da cidade. Não à toa, as regiões industriais entre a linha ferroviária da Leopoldina e da Avenida Brasil registram o maior crescimento de favelas no Rio de Janeiro entre as décadas de 1940 e 1950. Mais de 30% da população trabalhadora do Distrito Federal trabalhava diretamente no setor industrial. Destes, indicava o censo da prefeitura no final dos anos 40, cerca de 50% moravam em favelas. (Abreu, 1987, p. 106; Silva, M., 2005, p. 72).⁶

Um exemplo quase paradigmático, destacado na literatura especializada, dessa densa relação entre industrialização e processo de favelização no pós-guerra é a favela do Jacarezinho (Abreu, 1987; Silva, M., 2005; Silva, H., 2008;

6 Para uma análise específica da relação entre as favelas cariocas e o emprego industrial usando os censos como fonte, ver Telles (2011).

Thiago, 2007).⁷ Maior favela da cidade em 1960, o Jacarezinho concentrava uma enorme população operária que trabalhava nas diversas fábricas próximas. Os estudos existentes também apontam para um intenso associativismo e densa atividade política e sindical na região desde meados dos anos 1940.

É, assim, bastante provável que grande parte dos trabalhadores da CCPL morasse no Jacarezinho e em outras favelas da região. Um dos nossos entrevistados, Lauro Oliveira Rios, transportador da empresa, onde começou a trabalhar em 1971, recorda-se que pelo menos “30% dos funcionários da fábrica moravam no Jacarezinho”. Mas a relação da fábrica com as favelas não se resumia ao emprego. Vários depoimentos destacam a “boa relação” que a direção da empresa procurava estabelecer com os moradores de seu entorno. Uma das medidas mais lembradas era a distribuição de leite para a população pobre da região. A CCPL “dava [o leite]. Ela tinha um posto do lado de fora [da fábrica] que atendia no varejo [...] ela sempre procurou ajudar as pessoas dessa parte, dessa comunidade”, acrescenta seu Lauro.⁸ Cândida Maria Privado, atual vice-presidente da associação de moradores da CCPL e nossa outra entrevistada, lembra:

[...] a gente apanhava leite na CCPL. Isso quando a gente [...] morava lá na Mangueira. Não era só eu que ia pegar, todo mundo [...] A gente não passava do portão para dentro, entendeu? Sobrava leite e a gente ficava lá. Eram aqueles litros de leite, não era leite de caixa.⁹

7 Sobre essa relação entre favelas e industrialização, ver ainda o interessante estudo publicado em dezembro de 1968 pelo Instituto de Desenvolvimento da Guanabara, do governo do então Estado da Guanabara (cidade do Rio de Janeiro) intitulado *A interpenetração das áreas faveladas e áreas industriais no Estado da Guanabara* (Guanabara, 1968).

8 Depoimento de Lauro Oliveira Rios, 12/11/2010. Todas as citações referem-se a esse depoimento, gravado em vídeo dentro da antiga fábrica da CCPL. Seu Lauro concedeu diversos depoimentos para nossa equipe ao longo do processo de pesquisa. Este depoimento em particular foi filmado para constituir o documentário, e foi gravado dentro da antiga sede da fábrica, ou seja, no local onde a fábrica tornou-se “comunidade”. Se, de um lado, esse processo certamente influi na intensidade da nostalgia que o depoente expressou em sua fala, por outro, também constatamos que suas outras entrevistas não evidenciam atitudes muito diferentes, nem sequer menos emocionais.

9 Depoimento de Cândida Maria Privado, 27/07/2010. Entrevista realizada pelas pesquisadoras Mariana Cavalcanti e Thais Blank na sala de entrevistas do CPDOC/FGV. Dona Cândida também nos concedeu inúmeras entrevistas ao longo da pesquisa. A opção de trabalhar com seu depoimento concedido no CPDOC se deve ao fato de termos apostado que uma entrevista em que ela estivesse fora do seu “território” (que, nesse caso, é de fato um termo bem adequado, uma vez que sua autoridade sobre o espaço da CCPL a coloca em posição de autoridade). Nossa opção por trazê-la para fora de seu ambiente se deu justamente para tentarmos construir um espaço de reflexividade e distância para que ela pudesse elaborar sua fala sem ser interrompida pelas tarefas cotidianas – o que era inevitável na CCPL.

Os anos 1970 e início dos 1980 parecem ter sido o momento de apogeu da unidade fabril da CCPL em Benfica. Líder do mercado carioca, a empresa era pioneira em inovações do setor, como o lançamento do leite “longa vida”, entre outros produtos. No entanto, a partir do final da década de 1980 e ao longo dos anos 1990, mudanças estruturais profundas vinculadas aos processos de globalização, reestruturação produtiva, crise econômica e desindustrialização atingiram em cheio o município do Rio de Janeiro, provocando uma intensa realocação fabril e dramática queda do emprego industrial formal.

Regiões industriais tradicionais da cidade, como Manguinhos, Benfica e Jacaré, entre outras, foram particularmente afetadas.¹⁰ O fechamento de plantas industriais nessas áreas tornou-se rotina, alterando sensivelmente seu perfil econômico e social. Ao longo dos anos 1990, o aumento do desemprego e a cada vez mais visível presença do tráfico evidenciavam um cenário similar a outras cidades que passaram por avassaladores processos de desindustrialização e desorganização econômica e social. Como destaca um atento observador da vida econômica e social do Rio de Janeiro, “o imenso subúrbio carioca, que os bacanas da zona sul teimam em ignorar, virou um cemitério industrial. Vilas operárias e parques proletários se favelizaram” (Urani, 2008).

“Favelizar-se”, no caso, não se refere apenas à sucessão de “puxadinhos”, ou à aparência inacabada das estruturas por meio das quais identificamos as favelas. Refere-se, também, à territorialização de vastas regiões da cidade pelo tráfico de drogas. Essas transformações alteraram radicalmente a vida social dessa região. A antiga fábrica da CCPL se encontrou fincada no cerne da área que ficou conhecida, ao longo dos anos 1990 e 2000, como “Faixa de Gaza”, termo utilizado tanto pela mídia quanto pelos próprios moradores da região para aludir aos infundáveis conflitos ali travados entre traficantes e a polícia, mas também para descrever as demonstrações de força que o tráfico ocasionalmente encena no triângulo delimitado pelas avenidas Dom Helder Câmara, Leopoldo Bulhões e Democráticos.¹¹

10 O entorno da CCPL concentra bairros que apresentam os piores IDHs da cidade. Jacarezinho, Manguinhos e Alemão, por exemplo, figuram respectivamente como o 6º, 5º e 1º piores IDHs dentre os 126 bairros da cidade.

11 Aqui, são comuns os relatos de bloqueios no trânsito para a passagem de “bondes” de traficantes ostensivamente armados, seja passando entre o complexo de Manguinhos e a favela do Jacarezinho com carregamentos de armas e drogas, seja para invadir outras favelas.

A “comunidade” CCPL

O momento de ocupação da CCPL permanece cercado de mistérios.¹² Talvez pelo fato de pouquíssimos dos atuais moradores terem participado da invasão, talvez porque esses processos sejam, de fato, menos dramáticos e mais gradativos do que a ideia de uma única invasão pode sugerir. Sabemos que a prática de ocupação de terrenos que outrora cumpriram funções industriais é bastante frequente nessa região – ou seja, havia precedentes. Relatos de tiroteios e conflitos permeiam as memórias daqueles que testemunharam o início do processo. A permanência dos transportadores nos antigos galpões ampliava as tensões, uma vez que eles também reivindicavam o direito de lá permanecer, em um terreno em disputa.

É no papel de “pacificadora” desses conflitos que surge a figura de dona Cândida. Imbuída da missão de “organizar” a comunidade, ou seja, de atuar como mediadora dos interesses dos moradores junto ao Estado, ela desempenhou um papel fundamental na nova ordenação do espaço da antiga fábrica, a partir de sua consolidação como ocupação. Foi dona Cândida que negociou um acordo com os transportadores – liderados por seu Lauro – de divisão do espaço do terreno, segundo o qual o viaduto de Benfica passou a atuar como fronteira entre a CCPL-cooperativa de transportadores autônomos e a CCPL-comunidade que passaria a disputar recursos para obras de infraestrutura e provisão de serviços públicos. A fronteira foi objetificada com a construção de um muro. A partir de então, cada um desses espaços passou a ser gerido com relativa autonomia, ambas as partes interessadas em manter uma política de boa vizinhança.

Ao longo de quase uma década, a coexistência entre as duas partes do terreno foi cristalizando dois modos de vida bastante consolidados. A precariedade foi paulatinamente dando lugar a estratégias de formalização tanto do trabalho dos transportadores quanto da provisão de serviços e reconhecimento da comunidade da CCPL. De um lado do muro, os transportadores se organizaram em cooperativas de modo a garantir a continuidade de

12 Do mesmo modo, a figura daquele que todos os atores envolvidos reconhecem como o líder da invasão, um transexual chamado Marinho, permanece elusiva. Tentamos localizá-lo com alguma insistência, mas falhamos na tarefa. No início da pesquisa, vários informantes, incluindo dona Cândida, afirmaram que fariam o contato com ele. Mas na medida em que o tempo passava e que nós insistíamos, o mistério foi aumentando. Diziam que ele havia ficado viciado em *crack*, que havia sido expulso da favela do Arará, e outras histórias desencontradas.

sua atividade profissional. Também alugavam considerável pátio em torno do qual os galpões se encontram dispostos para outros transportadores, ou pequenas firmas de locação de veículos.

Do outro lado do muro, a ocupação inicialmente organizada em função da doação de terrenos para famílias necessitadas foi dando lugar a um mercado imobiliário em que a compra de terrenos e de casas também se instituiu como único modo de acesso à moradia na comunidade. O lugar era atraente principalmente por sua topografia peculiar – o terreno é cercado de vias férreas e só possui uma entrada, o que contribuiu para a pouca ostensividade do tráfico de drogas no seu interior, uma vez que os traficantes ficariam encurralados em caso de incursões policiais – que permitia uma experiência cotidiana bem diferente das comunidades do entorno, em que os tiroteios são constantes. Ainda que os equipamentos de consumo coletivo se mantivessem bastante precários, a gestão dos “gatos” de energia, de coleta de lixo e de distribuição de água se constituiu como tarefa rotineira da associação de moradores, em particular do presidente da associação, Welson de Melo. À dona Cândida cabe a mediação com o Estado e a gestão das doações e recursos destinados às tarefas cotidianas (que, mais tarde, se desdobraram também no acompanhamento do processo de esvaziamento da comunidade). A associação de moradores, que já vinha funcionando informalmente desde os primeiros meses da ocupação, foi registrada em 2007, de modo a torná-la legítima como porta-voz das demandas da comunidade junto ao Estado.

Ainda que a coexistência entre os dois mundos separados pelo muro tenha permanecido pacífica, a própria duração e autonomia desses dois modos de vida foi conformando visões e memórias distintas da antiga fábrica, mas, sobretudo, interesses díspares no destino do espaço. Com a inclusão da *comunidade* da CCPL nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento do governo federal, em um projeto arquitetônico que explicitamente reconfigurava o antigo espaço de trabalho em espaço de moradia, o muro passou a marcar posições díspares não só com relação ao presente do espaço, mas, principalmente, com relação ao seu futuro.

É sob a ótica dessas disparidades que propomos a análise das entrevistas de sujeitos que vêm atuando como porta-vozes dessas duas posições distintas de testemunhas e atores sociais envolvidos ou afetados pela reestruturação produtiva das últimas décadas, e em particular pelo modo como se deu a desindustrialização nos antigos subúrbios fabris da Leopoldina. Nosso propósito é, ainda, iluminar a historicidade e os contornos próprios do processo

de desindustrialização do Rio de Janeiro, de modo a capturar as disputas que este deixou em seu rastro, bem como as novas formas sociais que permitiu emergir. A aposta é que o iminente desaparecimento do espaço fabril, e sua reconversão em espaço de moradia, oferece uma ocasião especialmente favorável para a análise das narrativas desses sujeitos à luz das relações entre patrimônio e memória.

Lauro Oliveira Rios e a “maravilhosa CCPL”

No conturbado e longo processo de fechamento da fábrica da CCPL em Benfica no final da década de 1990, os transportadores autônomos que trabalhavam para a empresa há muitos anos negociaram a posse de alguns galpões de depósitos para continuar a exercer suas atividades de distribuição de leite e outros produtos lácteos, agora não mais exclusivamente para a CCPL. Com o abandono final da indústria e encerramento de suas atividades, os transportadores, desde então reunidos em um tipo de cooperativa informal, tornaram-se uma espécie de herdeiros da história da CCPL e guardiões da memória do passado industrial daquele espaço e das complexas sociabilidades que ali se estabeleceram. Além disso, acompanharam de perto o processo de ocupação da empresa e sua transformação em moradia. Participaram de tensas negociações com os novos ocupantes da antiga fábrica e com eles chegaram a um *modus vivendi* em que garantiram seu espaço de trabalho e razoáveis relações com as lideranças dos moradores.

Nos últimos anos, com a confirmação da decisão de demolição da empresa (incluindo os galpões que hoje ocupam) para a construção de moradias, os transportadores têm procurado defender o que consideram direitos adquiridos e negociam com as instâncias governamentais saídas (a aquisição de outros galpões nas imediações é uma das possibilidades mais discutidas) para que continuem podendo operar suas micro e pequenas empresas e trabalhar no ramo de distribuição de laticínios, atividade que muitos deles vêm fazendo há décadas.

Desde o fechamento da fábrica, seu Lauro emergiu como a principal e mais vocal liderança dos transportadores. Conhecido como “Lauro da CCPL”, esse baiano de 62 anos de idade traz já no apelido sua umbilical ligação com aquele espaço e com a história da empresa para a qual trabalhou por cerca de 30 anos. Emocional e nostálgico, seus depoimentos permitem fazer importantes conexões com o passado fabril daquele espaço.

Nascido no sertão baiano, seu Lauro mudou-se para o Rio no início dos anos 1970, em pleno “milagre econômico” da ditadura militar. Compartilha assim uma trajetória comum com milhões de migrantes que deixaram a zona rural do Nordeste entre os anos 1940 e 1980 e se instalaram nas regiões industriais do Sudeste, em particular em São Paulo e Rio de Janeiro (Fontes, 2008). Aparentemente, a presença de migrantes nordestinos entre os operários da CCPL foi expressiva.¹³ As relações familiares e comunitárias foram fundamentais no processo de transferência dos migrantes e na chegada às cidades, em particular para facilitar o processo de moradia e emprego. Não foi diferente no caso de seu Lauro:

Eu vim trabalhar na CCPL em 1970. Vim do Norte. [...] [Cheguei na CCPL] através de conhecimento de amigos, parentes que trabalhavam aqui antes e fui convidado [...] E eu vim direto para a CCPL. Eu tinha [um primo] que trabalhava na CCPL como ajudante.

Na indústria, seu Lauro construiu carreira desde cedo no setor de distribuição de leite. Embora nunca tenha chegado a trabalhar na produção (ou seja, como funcionário direto da CCPL), estabeleceu com a empresa uma longa e profunda relação e construiu uma ampla rede de contatos e amizades, que incluía desde operários até gerentes e diretores, além, claro, de seus colegas transportadores. Trabalhando no estratégico setor de distribuição de leite da empresa, seu Lauro teve uma trajetória profissional comum aos trabalhadores autônomos daquele setor. “Comecei lá de baixo e fui crescendo”, recorda-se, e explica que

a tendência do ajudante é ser motorista. [...] Quer dizer, você começava de ajudante, motorista, de motorista você passava a ser vendedor. [...] Como motorista, a CCPL dava uma participação para você ser motorista/vendedor. A gente vendia, a gente transportava e a gente trazia a grana e prestava conta.

13 É interessante notar que a presença de migrantes nordestinos parece também ser grande entre os moradores da favela CCPL. Vários relatos indicam nesse sentido e a recorrente presença de cartazes com propagandas de viagens e excursões de ônibus para cidades nordestinas é um outro importante indicio disso.

A distribuição era uma área vital para a empresa, já que, no cotidiano, eram os transportadores que vendiam não apenas o produto, mas a marca da empresa a milhares de pequenos revendedores que precisavam ser “ganhos” todos os dias para a CCPL. Do ponto de vista da empresa era vital ter nesse setor funcionários engajados e que “vestissem a camisa”. A fidelidade e a construção de uma relação de confiança com esses trabalhadores eram ainda mais importantes do que a lealdade dos operários da fábrica.

São justamente tais relações de confiança (incluindo relações monetárias), estabelecidas entre funcionários como ele tanto com a CCPL quanto com os revendedores do leite (padarias, supermercados, bares, etc.), que permeiam a memória dos transportadores. Seus depoimentos tendem a contrastar uma era passada, onde supostamente as relações seriam baseadas na confiança e na amizade, com um presente, no qual a violência e a suspeita predominariam:

A gente vendia, a gente transportava e a gente trazia a grana e prestava conta. Era aqui que era a tesouraria. Inclusive nessa subida dessa escada aqui. Vou te mostrar. A gente fazia as nossas contas. Porque a gente tinha que prestar as contas. [...] A gente vinha com aquelas bolsas, a empresa dava aquelas bolsas pra gente, com cadeado ou com lacre. Você abria esse cofre aqui e jogava lá dentro, um cofre grande aqui dentro [...] e tinha uma pessoa responsável por abrir o cofre, pegava e dava, tinha marcado assim por numeração, rota tal, fulano de tal. Tava o meu nome ou tava o nome da minha empresa, Rios Oliveira, que é a minha firma, tava lá na bolsa. Ele fechado, você pegava aquela bolsa, abria pra fazer todo o seu movimento. Aí saía as notas físicas, cobrança e tudo, eles cobravam o manifesto chamado RPC, quer dizer, ele apresentava tudo o que a gente vendeu, apresentava nos caixas dela, você prestava conta nos caixas, o caixa fechava, e você virava pro banco e depositava aquilo ali. Você fazia um depósito pra ela, entendeu?

Naquela época [anos 1970], era uma época boa que você tinha a chave do cliente. Os clientes nos conheciam, sabiam que você era pessoa séria. O dono da padaria [dizia]: “Lauro, eu quero o meu leite cedo. Tá aqui a chave, você vai colocar em tal lugar.” Eu dei sorte, graças a Deus, de ter quase todas as chaves dos clientes. Ele me davam. Eu abria a porta, já sabia o pedido dele. Ou ele deixava a chave do lado de dentro ou ele deixava um papel, as caixas vazias, eu pegava as caixas vazias e deixava as caixas cheias e ele deixava um valor e já deixava a grana de noite mesmo. Então era [...] por confiança.

Mas, talvez, a característica mais recorrente das lembranças de seu Lauro seja sua visão nostálgica e romantizada da empresa. Confrontado com um presente onde a fábrica é literalmente só ruínas, seu Lauro constrói um passado glorioso para o estabelecimento, eliminando eventuais conflitos e problemas. Sua CCPL encontra-se numa espécie de *golden age* perdida. Nesse tempo passado não é apenas a grandiosidade da fábrica e a força da marca no mercado de laticínios que são destacadas, mas também as boas relações pessoais desenvolvidas naquele espaço. A ênfase dos depoimentos de seu Lauro está no orgulho e na gratidão por ter pertencido aos quadros daquela empresa que, desafortunadamente para ele, já não existe mais.

Ah, a CCPL, meu amigo, [...] era a coisa mais maravilhosa que existia. A parceria do pessoal, entendeu? O produto, em si, na rua, respeitado. Você não vendia produto CCPL, você tirava pedido. Quer dizer, tudo de bom ela tinha. Você saía pra vender, você vendia tudo o que tinha. Era uma beleza. Todo mundo vestia a mesma camisa. Você conseguia resolver tudo da melhor maneira aqui dentro com a diretoria do passado, só teve gente boa, da melhor qualidade por aqui. Já pensou uma fábrica chegar a vender 1 milhão de litros de leite?

Isso aqui era uma coisa linda. Os caminhões vinham todos carregados. Eles ficavam [...] em frente à presidência. Todo mundo ficava ali. Eles sentiam o maior orgulho.

Seu Lauro destaca os “benefícios” que a empresa concedia como mais um elemento importante na construção das relações de reciprocidade entre funcionários e a direção da CCPL. Para ele, a empresa era “boa” para quem queria crescer e trabalhar. De forma similar, enfatiza a presença da gerência e dos diretores no cotidiano da fábrica e sua proximidade com os funcionários, destacando as relações horizontais que supostamente predominariam na empresa.

A CCPL tinha vestiário ali atrás, aonde a gente fica, lá trás... Aquilo ali era um vestiário que cabia mais de 300 pessoas que dormiam. [Se, eventualmente] você não tinha condição de ir embora, ela te dava o trabalho e dava o conforto. Você podia entrar, comia aqui [aponta para onde era o antigo restaurante da empresa], pagava pela metade... Assim, hoje se fosse

sete reais, aí você dava 50%. Escolhia aquelas pessoas que trabalhavam aqui, que eram a *camisa* da empresa, que não trabalhavam errado. E eles queriam fazer aquela pessoa realmente pessoas boas.

Ele [o presidente da CCPL] fazia caminhada dali pra aqui. Rodava, sentava com todo mundo. Aí juntava aquele grupinho, falava com todo mundo, até aquela pessoa, o cara que tava limpando aqui, falava, eles falavam. Eles tinham prazer. Eles botavam uniforme e iam pra fábrica. Falavam com todo mundo, meu amigo. Todos eles, os gerentes, os grandes gerentes e os presidentes [...] tinham o prazer de ir lá e apertar a mão [do funcionário que se destacava, se empenhava]. Eles tinham prazer. Quer dizer, é uma empresa que eu não sei por que chegou a esse ponto.

Para ele, a decadência da CCPL está relacionada a um misto de insondáveis interesses políticos, má gestão nos últimos anos e a uma onda grevista que teria atingido a empresa no final dos anos 1980. Esta última questão, vivida diretamente por ele (mas que também indicava uma quebra nas relações de fidelidade entre empregados e empresa, fortemente presente no seu relato), ganha destaque nas suas memórias. Há uma clara tentativa de reiterar mais uma vez a sua fidelidade (e dos transportadores) à empresa, chegando a evidenciar sua participação para tentar impedir a paralisação, transportando “fura-greves”:

Teve aquelas greves que 1989 [...] Os funcionários da CCPL, tinha que respeitar a greve porque interessava a eles. O que nós fizemos? Nós entramos como transportador e como vendedor e botamos a fábrica pra funcionar. Eu fui muitas vezes pegar funcionário da Vigor [...] Trazia dentro do nosso caminhão, que o caminhão não foi proibido de entrar. O problema era só com os funcionários, direto da fábrica. Nós trazíamos os funcionários de lá da fábrica pra poder fazer o produtor funcionar e nós carregava. Dava aquela de peão.

Assim como os outros transportadores, seu Lauro faz questão de diferenciar sua situação da dos moradores da favela. Ao contrário destes, que seriam “invasores”, a legitimidade dos transportadores está no passado, na vivência de um tempo diferente que os distingue dos moradores que não teriam comprometimento algum com essa história. Além disso, o suposto

acordo com a empresa (que remonta às antigas relações de confiança enaltecidas por seu Lauro) que permitiu aos transportadores permanecer em parte das instalações da antiga fábrica daria a eles uma força moral e legal superior à dos moradores da favela. O fato de, nas negociações para a demolição, o Estado negligenciar essa relação entre os transportadores e a CCPL gera ressentimentos e um sentimento de injustiça que permeia boa parte do depoimento de seu Lauro e de seus colegas de trabalho:

O pessoal que estão aqui, eles vieram, eles são invasores, e cada um procurou a sua maneira de sobreviver melhor. E vieram e invadiram isso aqui. Mas a gente [...] nós estamos baseados em documentos, em coisas de passado [...] lá nós estamos no transporte, nós ficamos no transporte por quê? Foi ela [a CCPL] que colocou a gente no transporte. Eu tenho um galpão... Eu fui um dos primeiros a receber uma chave do galpão [...] Foi o presidente que já estava em São Gonçalo que me chamou e falou assim: “Esse galpão, nós vamos te dar a chave. Você vai tomar conta, não só dos seus caminhão, como dos produtos nossos que estão lá guardados.”

Se existir justiça, eu acredito que nós, que estamos lá, não podemos sair. E afinal de contas tem o nosso tempo, nossas palavras, nossos documentos. Eu tenho documento. O contrato feito pela CCPL. [...] A maior força da CCPL era nós. Nós éramos o transporte. Vendas e transporte. Recebendo o produto. Tem mais uma coisa, eu tenho o documento pra mostrar. [...] Estamos esperando essa negociação [com o governo para a retirada dos transportadores], até porque eu acho, não só a mim como todos os colegas, queriam continuar ali. [...] Eu já tenho 15 anos [trabalhando nos galpões da antiga fábrica], eu tenho um certo direito aí.

Testemunha e participante dos tempos áureos da empresa, bem como da sua decadência, arruinamento, ocupação e transformação em favela, seu Lauro se sente particularmente comprometido com esse passado de glórias. Emociona-se ao falar do presente: “Acho que tem pessoas, sei lá, os verdadeiros donos, acho que eles não sentem tanto como eu [...] o meu mundo, eu aprendi só a fazer isso.” O desalento do presente demanda uma projeção de um futuro melhor. Assim, seu Lauro chega, de maneira irreal, a ter esperança de uma retomada, e emulando o recente *slogan* da fabricante de leite, “os bons tempos estão de volta”, ele sonha:

Então... Mas eu não sei não, mas eu acho que eu tenho uma boa notícia pra vocês no ano que vem. Lá, de São Gonçalo. Já tem uma pessoa, [...] já me ligou, segura que na virada do ano nós teremos uma surpresa na CCPL. E toda vez que a CCPL funciona, por minha honra, eu sou convidado, né? Eu tenho um mercado que não perdi até hoje e essa pessoa falou que a CCPL vai funcionar ano que vem, tem uma empresa, um grupo que vai fazer um contrato, tá pegando a marca e, também, não posso revelar que também não sei [...] A gente vai voltar. E vai voltar com a tradição da CCPL. Leite saquinho, manteiga, queijo, requeijão, entendeu? Que é a linha de primeira necessidade na casa do consumidor. [...] E a pessoa me garantiu que vai sair.

Dona Cândida e o “negócio de liderança”

A minha amiga falou assim: “Cândida...” Eram umas quatro e pouca da tarde e ela chegou: “Cândida, está sabendo que está acontecendo uma invasão lá no negócio do leite?” Eu falei: “O quê? Estou indo para lá; espere aí.” Coloquei a calça. Eu falei: “Vou pegar um terreno lá.” Aí já levei umas quatro comigo, não é? [risos] [...] Aí eu fui: “Marinho, tem como você me dar um terreno aí não?” Ele: “Ah, vou ver.” Sabe como que é, estava na pose. [...] Ele: “Ah, hoje não dá porque está muito tarde.” Eu fui no outro dia...

E assim começa a história de dona Cândida com a CCPL, tal como narrada pela própria. Nada mais distante da CCPL aurática que vislumbramos na fala de seu Lauro do que uma “invasão no negócio do leite”, lida como oportunidade aberta repentinamente, a ponto de se vestir às pressas para garantir um espaço. Tanto seu Lauro quanto dona Cândida viveram no bairro de Benfica ou adjacências desde os tempos áureos da CCPL e se recordam das relações que a empresa mantinha com as comunidades em seu entorno, mas suas visões, memórias e afetos relacionados àquele espaço não poderiam ser mais díspares.

Enquanto seu Lauro constrói sua própria identidade a partir das relações de confiança e fidelidade com a empresa que o acolheu quando chegou ao Rio de Janeiro, esta outra migrante nordestina, cerca de 12 anos mais nova, foi das primeiras a chegar para começar o que viria a ser um novo tempo daquele espaço. Um espaço a ser moldado, de certo modo, à sua imagem, uma vez que as transformações que continuariam a afetar a antiga fábrica foram

determinadas, em grande medida, por seu trabalho. Para dona Cândida a ruína da fábrica da CCPL constitui objeto de seu “correr atrás”¹⁴ – categoria essa que fundamenta sua visão de mundo e a justiça social que se vê agenciar: boas coisas virão para os que correm atrás. É a imagem de uma mulher forte, de pulso, batalhadora, em meio ao mundo hostil, que vai construindo ao narrar sua história de vida.

Dona Cândida nasceu em São Luiz, em 1960. Não se recorda do Maranhão, nem dos pais. A mãe, operária, morreu quando tinha seis meses; o pai, mestre de obras, teria tido alguma atuação política, da qual dona Cândida pouco sabe, uma vez que nunca viveram sob o mesmo teto. Suas primeiras memórias são da Mangueira, favela em que foi morar aos 6 meses, com uma tia, a quem se refere como “mãe”.

Apesar de contar uma trajetória residencial marcada por instabilidades, a favela da Mangueira e o bairro de Benfica são os lugares para os quais sempre retornou. Por um breve período, chegou a viver na Zona Sul e em um condomínio fechado em Niterói, enquanto teve um relacionamento com um funcionário da DataPrev, mineiro de família de classe média. Desde então, não voltou a morar em nenhuma favela. Ou seja, é no momento mesmo em que o “trabalho social” passou a constituir seu principal modo – e, de certa forma, meio – de vida, ou seja, no momento mesmo em que reivindica falar pelos moradores de favelas, é que ela própria deixa de ser “moradora”. Ajudá-los se torna sua missão. Desde antes da invasão da CCPL, dona Cândida vive em uma casa em Benfica, “no asfalto”, em que inicialmente pagava aluguel, mas da qual se apossou por meio de um processo de usucapião urbano que organizou com outros inquilinos da vila contra a proprietária original.¹⁵ Não é formalmente a dona da casa, mas tampouco paga aluguel.

Sua trajetória de trabalho é igualmente marcada por empregos erráticos, normalmente temporários e informais, com o objetivo único de garantir o sustento dos filhos, que teve cedo, aos 22 e 24 anos. O primeiro emprego de carteira assinada foi aos 17 anos, como costureira – ofício que manteve como segunda fonte de renda, seja produzindo camisas de políticos, seja con-

14 Para uma análise dos sentidos do “correr atrás”, suas relações com a moradia e a construção de valor nas favelas cariocas, ver Cavalcanti (2007, 2010).

15 Essa história, narrada apenas pela própria dona Cândida, é permeada de contradições e lacunas. No entanto, o próprio fato de ser mais uma instância de “ocupação” por ela liderada é significativo para nossa análise. Dona Cândida opera melhor justamente nos interstícios entre o formal e o informal, seja no campo da moradia ou do trabalho.

tribuindo para a escola de samba, grande parte de sua vida. Foi empacotadeira, caixa de supermercado, faxineira. Montou barracas na feira, vendeu cachorro-quente, lavou roupa para fora. Mais do que uma trabalhadora de carreira, dona Cândida é uma “batalhadora” movida a arranjos de médio prazo, que funciona na temporalidade do “projeto”.

A CCPL irrompeu em sua vida: ao saber da ocupação da fábrica, foi uma das primeiras a chegar. Conta que resistiu junto com esses primeiros “invasores” e que, ao final de alguns conflitos, reivindicou a Marinho, o líder da “invasão”, o direito a um terreno. Chegou a construir uma casa, mas nunca se instalou:

Aí me deu um pedaço; deu para a minha comadre aqui; deu para a Terezi-nha; e deu para outra menina que estava comigo. [...] Levantei [uma casa] e, depois, eu dei para um rapaz porque ele chegou lá com três filhos. Eu não iria ficar ali mesmo, não dava para ficar. [...] Vou te falar, só quem ficou ali foi quem precisava. Os mosquitos iam junto contigo, era um vulto assim. Você não viu naquele dia? Era muito mosquito, era muito lixo, era muito entulho.

A despeito das nuvens de mosquitos, o espaço permanecia prenhe de possibilidade para dona Cândida. E foi assim que ela se tornou a “vice-presidente” da CCPL, como costuma dizer.

Aí Marinho estava todo enrolado e eu falei: “Ah, Marinho, quer uma ajuda aí?” E ele: “Ah, tu me ajuda?” Porque ele tinha chamado uma mulher e a ela falou: “Ah, tenho medo dessas coisas, polícia – esse negócio – eu tenho medo.” Eu falei: “Ah, eu te ajudo. Eu até sei esse negócio de liderança.” Eu falei para ele assim: “Eu até sei organizar porque eu ajudo o seu Laércio, ajudo lá na Mangueira.” E ele: “Ah, é?” Eu falei: “É. Conheço o pessoal da prefeitura porque eu já sabia como era.” Aí ele: “Ah, está bom.” Eu falei: “A partir de hoje, é diferente, hein? Todo mundo vai ganhar uma senha para pegar terreno. [risos] E primeiro vai ser os coroinhas e as coroinhas.” Aí o povo já fazia a fila. [...] Peguei dengue, em janeiro eu peguei dengue – no fim de janeiro – e fiquei três meses sem ir lá – menina, eu fiquei magrinha. Quando eu cheguei, ele já tinha vendido terreno [...] Ninguém estava mais achando que aquilo iria vingar porque não tinha uma pessoa de pulso. [...] o Marinho já não quis mais ficar [...] Eu acabei ficando e estou lá até hoje, nove anos vai fazer.

O “negócio de liderança” implica uma atuação política marcada por um discurso marcadamente “despolitizado”, que, aparentemente, utiliza um vocabulário próximo à assistência social, secundarizando uma tradicional linguagem dos direitos. Dona Cândida não lidera um movimento pelo direito à moradia; não tem, nem nunca teve, preferência por qualquer partido político; ela é apenas a “vice-presidente da comunidade da CCPL”. Ela se refere à comunidade que “comanda” como uma *invasão*, e não como ocupação – que tende a ser o termo utilizado pelos movimentos sociais. De fato, na região de Manguinhos, as ocupações são, via de regra, referidas pelo termo “invasão”. Suas “lideranças” tendem a ser, como dona Cândida, “crias” de lideranças mais antigas, forjadas ainda no contexto do movimento operário, ou nos arranjos clientelistas que caracterizaram a conhecida “política da bica d’água”, mas cujas trajetórias independentes já se articulam em torno de recursos e obras de maior vulto, típicos daqueles hoje direcionados às favelas consolidadas da cidade.¹⁶ Articulam e fazem mediações, competem por recursos públicos, e têm bom trânsito seja no governo, seja nas ONGs. Há, portanto, uma certa profissionalização – ainda que informal – dessas lideranças. Nem todos moram nas comunidades que “representam”, ou, como diz dona Cândida, “comandam”.

Eu, desde os 14 anos, já era envolvida com associação desde a Mangueira, mas nunca falavam assim... Tinha o presidente, o pessoal, e você só ajudava; é igual você ter um apoio, só vai para ajudar. Então você vai buscando. E o seu Laércio, não, [ele disse:] “Eu vou te fazer uma liderança.” [...] Aí começou... Aonde ele ia, na prefeitura, eu ia com ele; eu anotava tudo na agenda dele, eu era a secretária dele – aí assinava tudo e fazia tudo para ele; quando vereadores iam à comunidade, eu estava junto com os vereadores e junto com ele; ele pedia e eu pedia também: “Tem que ser aquilo que o seu Laércio quer, então não entra.” Eu fazia o que ele fazia. Aí eu comecei ali; ia às outras comunidades para saber como era, corria nas outras comunidades; a gente comandava o futebol dentro da comunidade; as crianças vinham e a gente levava para o passeio, arrumava passeio. Ali foi começando.

Foi o seu Laércio. Ensinou-me mesmo como é uma liderança, como era para chegar e bater na porta... O seu Laércio me ensinou mesmo como era

16 Sobre a historicidade desse processo, cf. Cavalcanti (2009).

ser uma liderança; brigar pelo morador [...] Nesse ponto aí, eu não ligo para dinheiro... Por exemplo: você fala assim: “Cândida, tem isso aqui para as crianças, você quer? Só que não vai ter dinheiro.” Eu falo: “Quero. É para as crianças, eu quero.” O meu trabalho é esse.

Dona Cândida é, de fato, uma operadora da informalidade urbana, sendo esta compreendida não como um “setor à parte [da sociedade ou da economia], mas uma série de transações que conectam economias e espaços diferentes uns aos outros” (Roy, 2005, p. 148, tradução nossa). É justamente nessa conexão que opera o “correr atrás” de projetos, recursos e oportunidades para a comunidade. É um processo de aprendizado, um saber que se constrói ao longo do tempo e por meio de relações pessoais que a conectam ao poder público. Em suma, trata-se de um tipo de liderança que conecta e transita entre diversos espaços, lógicas e arranjos de poder, formais e informais.

Ao contrário de seu Lauro – cuja trajetória profissional e pessoal se entrelaça com a fidelidade à fábrica da CCPL – dona Cândida se filia muito mais a certos princípios morais – como o trabalho duro, a “ralação”, seja no que for, “correndo atrás” das oportunidades que encontra – do que a qualquer instituição ou institucionalidade prévia. Sua fala é voltada essencialmente para o futuro: ela jamais viu ou retratou a fábrica como uma ruína; nos escombros do antigo espaço fabril viu e ainda vê a oportunidade de um futuro melhor – para ela própria e para aqueles a quem se vê no dever de ajudar.

Considerações finais

As falas de seu Lauro e dona Cândida sobre o espaço que de certo modo compartilham nem de longe esgotam os possíveis sentidos e valores atribuídos à antiga fábrica da CCPL, ou as questões que permanecem por ser aprofundadas no que concerne à memória industrial no Rio de Janeiro. No entanto, apostamos que a justaposição de falas tão díspares trazem à tona as complexas questões das memórias “difusas, anônimas” que se associam aos antigos espaços fabris, em particular àqueles em ruínas (Meneguello, 2009). Em particular, a análise dessas duas falas permite pensar que o sentido da ruína depende, nesse caso, mas talvez também em outras instâncias, em grande medida, de como cada sujeito constrói e narra a historicidade do espaço urbano que produziu a ruína.

No caso dos nossos narradores, seu Lauro, nostálgico, fala do lugar de herdeiro da história da CCPL, guardião da memória do passado industrial daquele espaço e das formas sociais que ali se estabeleceram. Sua fala é, portanto, marcada por uma narrativa de decadência que encontra no estado de ruína da antiga fábrica sua confirmação empírica. A leitura da ruína é, portanto, construída como o fim de um certo mundo. No entanto, paradoxalmente, a preservação material do prédio, ainda que enquanto ruína, garantiu, por muitos anos, a continuidade de seu antigo uso como espaço de trabalho, seja o trabalho dos transportadores, seja o “correr atrás” de dona Cândida. Enquanto a ruína da antiga fábrica permanecesse ocupada, o modo de vida consolidado em sua precariedade mesma – e justamente em função dessa precariedade – lhes garantiria a continuidade de seu modo de vida pós-CCPL, conquistado a duras penas.

Do outro lado do muro, na visão da associação de moradores, pelo contrário, a ruína habitada era um ponto de partida, ou seja, a precariedade se constituía como etapa de um processo cujo sentido, no final das contas, ainda está por vir. A ruína é um modo de acesso ao direito à cidade, uma conquista cujo legado virá no futuro. O estado de abandono do edifício constitui uma oportunidade: “correr atrás”, que é, para dona Cândida, a atividade básica do “negócio de liderança”, é a saída da ruína.

Referências

ABREU, M. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iplanrio; Jorge Zahar, 1987.

BEYNON, H. *A place called Teesside* (with Hudson and Sadler). Edinburgh: Edinburgh University Press, 1996.

CAVALCANTI, M. *Of shacks, houses and fortresses: an ethnography of favela consolidation in Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Antropologia)–Department of Anthropology, University of Chicago, Chicago, 2007.

_____. Do barraco à casa: tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 24, n. 69, p. 69-80, fev. 2009.

_____. S/morro, varandão, salão, 3dorms: a construção social do valor em mercados imobiliários “limiães”. *Antropolítica*, n. 28, p. 19-46, 1 sem. 2010.

CAVALCANTI, M., FONTES, P., BLANK, T. *CCPL: favela fabril*. Lincoln Institute of Land Policy Draft Working Paper, 2011.

COWIE, J.; HEATHCOTT, J. (Ed.). *Beyond the ruins: the meanings of deindustrialization*. Ithaca: Cornell University Press, 2003.

CRINSON, M. *Urban memory: history and amnesia in the modern city*. New York: Routledge, 2005.

FONTES, P. *Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966)*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2008.

GUANABARA. *A interpenetração das áreas de favelas e áreas industriais no estado da Guanabara*. Rio de Janeiro: CIPHAB-GB/CESEC, 1968.

KATZ, B.; BRADLEY, J. Detroit: a fênix americana. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 jan. 2010. Caderno Mais, p. 8.

MALEZIEUX, J. Politique et pratique du développement économique dans les communes anciennement industrialisées de l'agglomération parisienne. *Revue Hommes et Terres du Nord*, n. 4, p. 289-299, 1989.

MENDONÇA, A. da M. Vazios e ruínas industriais. Ensaio sobre friches urbaines. *Arquitextos*, ano 2, jul. 2001. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.014/869>>. Acesso em: 5 jan. 2012.

MENEGUELLO, C. *Da ruína ao edifício: neogótico, reinterpretação e preservação do passado na Inglaterra vitoriana*. São Paulo: Annablume, 2008. v. 1.

_____. Espaços e vazios urbanos. In: FORTUNA, C.; LEITE, R. P. (Org.). *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*. Coimbra: Almedina, 2009. v. 1, p. 89-96.

MENEGUELLO, C.; FONTES, P.; SILVA, L. Patrimônio industrial e especulação imobiliária: o caso da Lapa. *Minha Cidade*, ano 9, jun. 2009. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/09.107/1847>>. Acesso em: 5 jan. 2012.

REVISTA DA CCPL: CCPL, 20 anos de luta. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, dez. 1966.

ROY, A. Urban Informality: toward an epistemology of planning. *Journal of the American Planning Association*, v. 71, n. 2, Spring 2005.

SEVERCAN, Y.; BARLAS, A. The conservation of industrial remains as a source of individualization and socialization. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 31, n. 3, p. 675-682, 2007.

SILVA, H. N. M. *As ruínas da cidade industrial: resistência e apropriação social do lugar*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional)–Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SILVA, M. L. P. da. *Favelas cariocas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

TELLES, J. *Favelas, indústrias e subúrbio*: história de um Rio esquecido. Paper apresentado na Semana dos Estudantes de História e Ciências Sociais (SEHCS). Rio de Janeiro: CPDOC – FGV, 2011.

THIAGO, C. M. *Rio de Janeiro operário*: memória dos trabalhadores do bairro do Jacaré. Dissertação (Mestrado em Memória Social)–Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

URANI, A. A reinvenção do Rio. *O Estado de S. Paulo*, 3 ago. 2008. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/megacidades/artigo_urani.shtm>. Acesso em: 5 jan. 2012.

Resumo: Este artigo tem como objetivo debater as intrincadas relações entre memória e patrimônio industrial, a partir da análise dos depoimentos de Lauro Oliveira Rios e Cândida Maria Privado, cujas trajetórias de vida e trabalho estão ligadas às edificações da fábrica de leite da Cooperativa Central dos Produtores de Leite (CCPL), na Zona Norte do Rio de Janeiro. Fechada no final da década de 1990, a fábrica foi ocupada por centenas de famílias em 2001, que passaram a dividir o espaço do terreno com os antigos transportadores do estabelecimento. A análise das narrativas das lideranças de cada um desses espaços aponta para uma multiplicidade de sentidos atribuídos à ruína da antiga fábrica, que dependem do modo como cada sujeito constrói e narra a historicidade do espaço urbano que produziu a ruína.

Palavras-chave: memória, patrimônio industrial, desindustrialização, moradia, Rio de Janeiro.

Industrial Ruins and memory in a “factory-favela” of Rio de Janeiro

Abstract: This article discusses the intricate relations between memory and industrial heritage through the analysis of the testimonies of Lauro Oliveira Rios and Candida Maria Privado, whose life and work trajectories are connected to the built space that once housed the Cooperativa Central dos Produtores de Leite (CCPL) milk processing plant in the northern zone of rio de Janeiro. The factory shut down in the late 1990s and in late 2001 it was overtaken by hundreds of squatter families, that came to share the site with some remaining workers of the distribution sector of the factory. Our analysis of the interviews of the leaders of each of these groups suggests that multiple meanings attach to the ruin of the old factory, and that these meanings depend on how each interviewee constructs and narrates the historicity of urban space and the recent past in this region.

Keywords: memory, industrial heritage, deindustrialization, housing, Rio de Janeiro.

Recebido em 14/09/2011

Aprovado em 30/10/2011